

Índice Geral

	<i>Pág.</i>
1 – Nota de abertura	7
2 – Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho — Aprova o regime jurídico da realização de despesas públicas	11
3 – Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho — Fixa as regras relativas à coordenação aquisição e utilização de bens ou serviços de informática na Administração Pública	111
4 – Decreto-Lei n.º 134/98, de 15 de Maio — Regula os procedimentos a adoptar em matéria de recursos no âmbito da celebração dos contratos de direito público de obras e de fornecimentos .	123
5 – Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro — Define a situação dos contribuintes que estejam a regularizar as suas dívidas à Fazenda Nacional	131
6 – Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro — Estabelece o novo regime jurídico de regularização das dívidas à Segurança Social	135
7 – Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 244/95, de 14 de Novembro, 356/89, de 17 de Outubro e n.º 244/95, de 14 de Setembro — Institui o ilícito de mera ordenação social e respectivo processo	149
8 – Decreto-Lei n.º 396/90, de 11 de Dezembro — Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 89/440/CEE, do Conselho, de 18 de Julho	153
9 – Portaria n.º 527/98, de 17 de Agosto — Fixa o contravalor em escudos dos limiares previstos pelas Directivas relativas aos contratos públicos de fornecimentos e serviços	159
10 – Portaria n.º 306/98, de 20 de Maio — Fixa os contravalores dos limiares relativos aos contratos públicos	163
11 – Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, alterada pela Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro — Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas	167
12 – Resolução n.º 3/98 — Regulamento da 2.ª Secção do Tribunal de Contas	227
13 – Resolução n.º 5/98 — Regulamento Interno do Funcionamento da 1.ª Secção do Tribunal de Contas	261
14 – Resolução n.º 7/98/MAI – 1.ª S/PL — Instrução e Tramitação dos Processos de Fiscalização Prévia, do Tribunal de Contas	275
15 – NOTAS DIVERSAS	291
16 – Lei n.º 87-B/98, de 31 de Dezembro, 5.º Supl. — Aprova o Orçamento do Estado para 1999 .	309
16 – Resolução n.º 4/99 – Regulamento interno do Tribunal de Contas	313